

## **A formação de professores para a inclusão educacional: uma análise de projetos pedagógicos de cursos de licenciaturas<sup>1</sup>**

### **The teacher training for educational inclusion: an analysis of pedagogical projects of Undergraduate Courses**

Bruno Cleiton Macedo do Carmo,<sup>2</sup> Neiza de Lourdes Frederico Fumes.<sup>3</sup>

**Resumo:** As questões inerentes à inclusão escolar parecem assumir um caráter de urgência frente às mudanças sociais dos últimos anos. Assim, o objetivo do presente estudo foi analisar a formação de professores para o acolhimento da diversidade sob a perspectiva inclusiva na Educação Básica, a partir da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de formação de professores. Trata-se de um estudo qualitativo documental que realizou a análise de todos os PPCs de licenciaturas de uma universidade federal do nordeste do Brasil, totalizando trinta e oito, os quais foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. Os resultados demonstram que ainda é incipiente uma concepção ampliada de inclusão. Dos trinta e oito documentos analisados apenas doze fazem referência ao termo inclusão, havendo também uma negação da diversidade, no âmbito escolar. Evidenciou-se, ainda, nos poucos Projetos Pedagógicos de Cursos que fizeram referência à inclusão escolar, apenas a transcrição *ipsis litteris* de textos normativos que regulamentam a questão da inclusão nos cursos de Formação de Professores, o que denota uma preocupação maior em atender à legislação do que uma intenção em formar professores qualificados para o atendimento a pessoas com deficiência. O cenário encontrado mostra a fragilidade da formação docente para o atendimento a esse público, na Educação Básica, pois não possibilita aos futuros docentes uma instrumentalização para um trabalho pedagógico que respeite e valorize as diferenças.

**Palavras-chave:** Formação Docente; Inclusão Escolar; Diversidade; Projeto Pedagógico.

**Abstract:** The issues inherent to inclusion in school seem to be urgent in the face to the social changes. Thus, the aim of this study was to analyze the teacher training for the diversity reception, in an inclusive perspective, in Basic Education, from the Teaching Projects of Courses (PPC) evaluation of teacher training. This was a documental study that analyzed all the Pedagogical Projects of undergraduate courses - from a federal

---

<sup>1</sup>Artigo proveniente de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. É professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas e membro do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI/Ufal). E-mail: bruno.cleiton.macedo@gmail.com

<sup>3</sup>Doutora pela Universidade do Porto. É professora titular da Universidade Federal de Alagoas e docente do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Alagoas, coordena o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI/Ufal) e o Grupo de Estudos e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA/Ufal) pesquisadora do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP). E-mail: neizaf@uol.com.br

university in the northeast of Brazil, totaling 38 PPCs, which were submitted to the content analysis technique. The results showed that an expanded conception of inclusion is still incipient in the Pedagogical Projects of Courses. From the 38 documents analyzed, only 12 PPCs referred to the term inclusion, and there was also a denial of diversity in the school context. In the few Pedagogical Projects of Courses that made reference to the school inclusion, only the *ipsis litteris* transcription of normative texts that regulate the inclusion issue in teacher training courses was shown, which indicated a greater concern in complying with the legislation instead of an intention of training qualified teachers to attend to this public. This scenario showed the fragility of teacher training for the teaching of students with disabilities in Basic Education, since it did not allow future teachers to have instruments for a pedagogical work that respects and values differences.

**Keywords:** Teacher Training; School Inclusion; Diversity; Pedagogical Project.

## Introdução

Apesar de haver divergências na literatura, o conceito de inclusão diz respeito a uma sociedade em que as pessoas possam, efetivamente, participar dos mais diferentes processos, e que suas condições físicas, intelectuais, culturais, sociais, de gênero ou outras quaisquer inerentes às condições humanas, não sejam obstáculos para a vida (Labonte, 2004; Limbach-Reich, 2015). Esse processo de inclusão é marcado, historicamente pelo confronto de minorias que sobrepujam uma ordem normativa tensionada entre a participação de uns e a exclusão de outros (Habermas, 2007). No âmbito da educação, o processo de inclusão não vem trilhando caminho diferente, seja em relação a pessoas com deficiência, a mulheres, a grupos étnicos, seja a ou outros grupos minoritários que sofrem discriminação e exclusão no processo educativo (Mendes, 2006).

Nesse aspecto, para se construir uma escola inclusiva, é necessário romper com modelos de ensino e aprendizagem hegemônicos e homogêneos, pré-determinados, que segregam e excluem aqueles que não se adaptam aos processos, aos ritmos e aos padrões normativos vigentes ou que são considerados, de alguma forma, divergentes da ordem posta (Oliveira & Leite, 2007).

Nos últimos vinte anos, conquistas dos movimentos envolvendo pessoas com deficiência vêm rompendo com um ciclo de exclusão e discriminação, com consequentes avanços de direito nos mais variados aspectos sociais e culturais (Laplaine, 2006). O ano de 1994 é considerado o marco da Educação Inclusiva com a declaração de Salamanca, que institui na esfera educacional que governos dos Estados membros das Nações Unidas e signatários do documento passem a pensar, a propor e a implementar maneiras de não segregar os alunos por causa de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou qualquer outro tipo de deficiência, além de questões econômicas e de gênero (Mendes, 2006).

Entretanto, a inclusão educacional ainda tem que enfrentar obstáculos impostos por uma parte conservadora da sociedade que tenta restringir os direitos conquistados, impedir a aquisição de novos direitos e até inibir a discussão da temática no espaço escolar, além de sofrer com a ineficiência de políticas inclusivas no âmbito da educação (Kassar, 2011).

Somando-se a isso, problemas na formação de professores para atender à diversidade no âmbito escolar vêm sendo constantemente relatados em diversos estudos (Pletsch, 2009; Garcia, 2013). Acerca da especificidade das pessoas com deficiência, a situação se agrava, pois, apesar da visibilidade imperiosa que a questão vem ganhando ultimamente, percebe-se que os professores não sabem lidar com essa população cada vez mais presente nas instituições escolares (Sekkel, Zanelatto & Brandão, 2010; Garcia, 2013). Nessa realidade, a formação de professores para a educação de todos os alunos na escola regular faz-se fundamental.

Nos cursos de licenciaturas das instituições de ensino superior do Brasil, as concepções, o perfil de formação e a maneira como será todo o processo formativo estão dispostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Esse instrumento deve nortear os aspectos políticos, didático-pedagógicos e de currículo (Veiga, 2003). No caso dos cursos de Formação de Professores, eles devem ser elaborados tendo como base a Diretriz Nacional para a Formação de Professores da Educação Básica e as diretrizes específicas de cada área do conhecimento a qual estão vinculados, porém, há certo grau de autonomia das instituições na determinação dos currículos de seus cursos (Resolução CNE/CP n. 2, 2015).

Diante de todo o contexto exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar a formação de professores para o acolhimento da diversidade, sob a perspectiva inclusiva na Educação Básica, a partir da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso de formação de professores de uma universidade federal do estado de Alagoas, Brasil.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental que possibilita uma ampliação do entendimento de objetos, para a qual se faz necessária a contextualização histórica e sociocultural para uma melhor compreensão da realidade. Assim, a análise de documentos permite a identificação de fatos em registros impressos, partindo-se de hipóteses e questões de interesse, valendo-se de técnicas apropriadas e procedimentos sistematizados para extrair informações de documentos originais que ainda não foram analisados, em relação ao objeto estudado, por nenhum outro pesquisador (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009).

Apesar da análise do presente estudo recair sobre os PPCs para a formação de professores, faz-se necessário contextualizá-los em relação à instituição de ensino superior da qual provêm, a Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Fundada em 1961, a Ufal é a maior instituição de ensino superior do estado de Alagoas, presente em oito municípios, com *campi* e unidades de ensino e reúne cerca de vinte e seis mil estudantes de graduação em, aproximadamente, oitenta e quatro cursos, sendo trinta e oito de licenciaturas nas modalidades presencial e Ensino à Distância (EAD). Possui, ainda, cerca de quarenta programas *strictu sensu* entre mestrados e doutorados, que comportam mais de 2.300 pesquisadores (Ufal, 2015).

A partir do ano de 2006, com o programa do governo federal de expansão das universidades federais, houve a abertura de novos cursos no interior do estado, e, entre esses, catorze foram de formação de professores, distribuídos em dois *campi*: o da região agreste e o da região do sertão.

Desta forma, a Ufal desenvolve um trabalho de referência em relação à formação de professores no Estado de Alagoas, desempenhando papel determinante no desenvolvimento da educação no contexto em que está inserida, sendo este o motivo de escolha dessa instituição para o presente trabalho. Cabe salientar que Alagoas é um dos estados mais pobres do Brasil e possui índices de analfabetismo que ultrapassam a marca de 20% da população acima de 15 anos de idade (Censo, 2010; INEP, 2015; Ufal, 2015).

O corpus foi constituído pelos PPC de licenciaturas disponibilizados no endereço eletrônico da instituição<sup>4</sup>. Assim, foi realizado o *download*<sup>5</sup> de trinta e nove PPCs inerentes aos cursos superiores de graduação de formação de professores da Ufal. Dentre os PPCs encontrados, o do curso de licenciatura em História do *Campus* do Agreste, da cidade de Arapiraca, foi descartado por não ser ofertado. Portanto, foram analisados todos os cursos de graduação relacionados à formação de professores da Universidade Federal de Alagoas, totalizando trinta e oito PPCs.

Em seguida, foi montada uma planilha em que dados de interesse do estudo foram anotados, como nome do curso, *campus* de oferta, modalidade da oferta, se ensino presencial ou ensino a distância (EAD), ano de elaboração do PPC, além de trechos em que apareciam os termos inclusão e diversidade, para posterior análise do conteúdo.

No sentido de aumentar a confiabilidade dos dados, os termos buscados foram conceituados da seguinte forma: a) Inclusão: como princípio em que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, devem participar ativamente e efetivamente de todos os processos da vida em sociedade (Unesco, 1994); e b) Diversidade: como uma manifestação cultural que se expressa na originalidade e na pluralidade de identidades, as quais caracterizam grupos e sociedades em determinado tempo e espaço (Unesco, 2002).

A técnica de análise do conteúdo empregada consiste na análise de dados linguísticos, cujos elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados, a fim de mensurar o valor relativo atribuído a um determinado assunto pelo autor (Sá-Silva & Guindani, 2009).

Optou-se, no presente trabalho, pela técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2004), em que os dados passaram por uma análise quanti-qualitativa de acordo com os seguintes parâmetros metodológicos: a) leitura exaustiva dos PPC e planilha de coleta de dados; b) demarcação e identificação de unidades temáticas que correspondem à identificação dos termos objeto do estudo; e c) análise propriamente dita, que teve por finalidade verificar como os PPC concebem a formação de professores para o atendimento à pessoa com deficiência na Educação Básica na perspectiva da educação inclusiva.

## Resultados e discussão

Dos trinta e oito cursos de formação de professores oferecidos pela Ufal, vinte e quatro eram localizados no *campus* da capital, dez no *campus* do agreste do estado e quatro no *campus* do sertão, sendo a grande maioria (30

---

<sup>4</sup><http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos>

<sup>5</sup>Os downloads foram realizados no dia 08 de abril de 2016.

curso) ofertada na modalidade presencial de ensino. Em relação aos PPCs, a data de formulação dos documentos variava entre 2005 e 2014, com dezenove projetos construídos nos últimos cinco anos.

Após a leitura dos PPCs, verificou-se que os termos buscados surgiram em alguns projetos nos mais variados espaços de construção dos documentos, porém, em muitos não há nenhuma referência aos termos inclusão e diversidade.

O Quadro 1 apresenta a esquematização em relação aos termos objetos do estudo e suas respectivas aparições nos espaços dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de formação de professores da Ufal.

Quadro 1. Objetos do estudo e suas respectivas aparições nos espaços dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC)

	Inclusão	Diversidade
Elementos em que os termos aparecem nos PPC	Introdução; justificativa; tópico específico para tema; matriz curricular; prática pedagógica; disciplina eletiva; ementas de disciplinas; bibliografia de disciplinas; referências do PPC.	Ementa do PPC; introdução; justificativa; objetivo do curso; políticas institucionais no âmbito do curso; perfil do egresso; competências e habilidades; conteúdo – matriz curricular; disciplinas eletivas; ementas de disciplinas; bibliografia de disciplinas.
Cursos	Letras-Libras; Letras- Inglês; Letras-Português; Pedagogia; Teatro; Dança; Ciências Sociais; Ciências Biológicas; Educação Física.	Letra-Libras; Pedagogia; Teatro; História; Geografia; Química; Filosofia; Educação Física; Dança; Ciências Biológicas.
Quantidade de PPC que não fazem referência ao termo	26	22

Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe salientar que, apesar de a Ufal ofertar o mesmo curso em diferentes *campi*, os PPCs são independentes e diferentes entre si, como, por exemplo, os dos cursos de Ciências Biológicas do *campus* da capital, do agreste e do sertão. Ainda, há diferenças entre os PPCs do mesmo curso pertencente ao mesmo *campus*, mas que são ofertados em modalidades diferentes (ensino presencial ou à distância). Assim, um mesmo curso da universidade pode apresentar concepções diferentes acerca de determinada temática, de acordo com o *campus* e a modalidade de ensino em que é ofertado.

O silenciamento sobre a temática da inclusão e da diversidade, nos ambientes educacionais e nos currículos dos cursos de formação de professores, pode ser entendido pela predominância de proposições cristalizadas no tocante às pessoas com deficiência, na área educacional. Essa omissão do tema faz com

que a questão seja excluída dos currículos e que aspectos que envolvam a inclusão sejam assumidos como de interesse particular de determinados grupos isolados. Contudo, a demanda na Educação Básica da discussão dessas questões vem aumentando, e nesse contexto, é cobrada a responsabilidade das universidades, principalmente no que se refere à formação de professores, para o enfrentamento das problemáticas que a temática suscita.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a formação de docente para atender pessoas com deficiência era focada na formação continuada de professores, possuindo diversos formatos, de acordo com o estado brasileiro a que pertencia, porém, todos eram voltados à Educação Especial e ao atendimento da pessoa com deficiência em instituições especializadas ou em salas de aulas segregadas.

Com o movimento de inclusão e o novo pensamento de educação para todos a partir dos anos de 1990, vários esforços vêm sendo realizados para atender a todos os alunos dentro da perspectiva de uma educação inclusiva. Nesse sentido, vários cursos e eventos foram/estão sendo realizados para a formação de professores. Entretanto, muitas vezes, estes não resultam em mudanças na prática profissional dos docentes, pois essas ações não conseguem se desvincular da lógica tecnicista de transmissão, assimilação e reprodução do saber. Nesse cenário, investir na formação inicial dos profissionais de educação para atuação com a diversidade dos alunos na escolar regular parece ser um dos melhores caminhos para se efetivar a inclusão escolar (Martins, 2012).

Martins (2012) destaca que, apesar dos avanços nos cursos de licenciatura para melhorar a formação de futuros professores numa perspectiva inclusiva, é necessário um aprimoramento do currículo dos cursos de graduação a partir da introdução de disciplinas que oportunizem um maior aprofundamento teórico e prático na temática da inclusão, assim como a ampliação da carga horária das disciplinas já ofertadas.

### **Inclusão nos cursos de formação de professores e formação de professores para inclusão nas escolas**

Há de se distinguir dois preceitos diferentes: um primeiro refere-se às políticas de inclusão adotadas pelas instituições de educação superior para possibilitar o acesso e permanência de qualquer aluno que ingresse na universidade, respeitando suas particularidades e necessidades no processo de ensino-aprendizagem da profissão (Moreira, Bolsanello&Serger, 2011). O segundo, diz respeito à formação de professores, para que, após a conclusão do curso de graduação, eles possam atender em sua prática profissional, os mais diferentes alunos, respeitando os princípios de inclusão que defendem que toda pessoa tem o direito de participar ativa e efetivamente dos processos educacionais na escola, sem nenhuma espécie de distinção (Unesco, 1994).

Em alguns dos PPCs dos cursos de formação de professores da Ufal que fazem referência à inclusão, encontram-se os dois preceitos – a inclusão de alunos nos cursos de graduação e a habilitação de professores para trabalhar na perspectiva da inclusão na Educação Básica. Porém, torna-se perceptível que, para a maioria dos cursos, a inclusão se restringe às pessoas com deficiência, sendo poucos os que fazem alusão a uma concepção mais ampla:

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO:** À luz do Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. A Ufal – Campus de Arapiraca – Unidade Educacional de Penedo, no intuito de incluir possíveis estudantes portadores de deficiência física, está em processo de reforma prevendo adequações para atender as pessoas com deficiências físicas e/ou visuais (rampas, banheiros adaptados, calçadas com sinalização para deficientes visuais e outros) (PPC-Ciências Biológicas, Campus agreste, Unidade Penedo, 2013. p.85).

**JUSTIFICATIVA:** Pensando nas perspectivas de desenvolvimento da dança, são inúmeras as possibilidades de estruturação de novos campos de trabalho relacionados à reeducação do movimento, a qualidade de vida e à educação especial, com pessoas portadoras de necessidades especiais. Várias instituições e fundações têm apostado na criação de programas de inclusão que envolvem a realização de atividades, cursos e criação de grupos de danças [...] (PPC - Dança, *Campus da Capital*, 2006. s/p).

**EMENTA** (disciplina: dança para portadores de necessidades especiais): Estudos das deficiências físicas em seus aspectos fisiológicos, sociais e educacionais, relacionando-as a práticas corporais, em especial a dança, desenvolvendo reflexões sobre os novos paradigmas artístico-educacionais de inclusão das pessoas com necessidades especiais nos diversos segmentos da sociedade (PPC - Dança, *Campus da Capital*, 2006. s/p).

À medida que concebem a inclusão como uma proposta de educação apenas para atender as pessoas com deficiência, os cursos de formação de professores terminam por negar aos futuros professores a discussão inerente a outros grupos minoritários que também sofrem segregação e exclusão nos ambientes escolares, como por exemplo, os alunos com altas habilidades (Mendes, 2006; Veiga, 2010; Limbach-Reich, 2015) e outros socialmente excluídos.

O curso de Pedagogia do *Campus Agreste* é uma das exceções em relação à ampliação do conceito de inclusão para além da pessoa com deficiência, pois apresenta na descrição do tópico criado especificamente sobre Educação Inclusiva e acessibilidade, a seguinte ideia:

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACESSIBILIDADE:** No Brasil, a demanda pela Educação Inclusiva tem estimulado a atenção a questões relacionadas à acessibilidade. Cabe destacar que da mesma forma que a inclusão não tem como público apenas as pessoas com deficiência, o tema da acessibilidade na educação diz respeito a todos os integrantes de uma dada comunidade escolar e/ou acadêmica... No entanto, cabe

ressaltar que a adoção de metas de acessibilidade na universidade ainda é cercada por várias barreiras, como já mencionado, a exemplo dos programas curriculares, no qual ainda se pode identificar a quase inexistência de disciplinas tratando sobre a temática nos cursos de graduação e, especialmente, naqueles de licenciatura. [...] Nesse sentido, sendo o direito à educação considerado constitucionalmente como um direito social, no curso de Pedagogia entendemos que o direito de acesso e permanência à Educação Superior e, sobretudo, à Educação Superior ofertada no ambiente público federal, deve incorporar a permanente busca pela eliminação das barreiras visíveis e invisíveis (sociais/atitudinais) que ainda afastam as pessoas com deficiência do usufruto de seus direitos, ou seja, do pleno desenvolvimento de suas potencialidades (PPC - Pedagogia, *Campus Agreste*, 2014. p.31-34).

Além desta concepção restrita de inclusão, a análise dos documentos revela a fragilidade dos PPCs, principalmente no que concerne à formação para o acolhimento da diversidade na perspectiva da inclusão na Educação Básica, pois não fica claro como esse processo de formação se dará. Muitas vezes, os conteúdos aparecem fragmentados em disciplinas eletivas, como Educação Especial, Educação Inclusiva, Cultura e Educação Indígena, ou ainda, como parte integrante da ementa de algumas poucas disciplinas e nas escassas bibliografias indicadas aos alunos. Assim, mesmo estando presente em alguns cursos, não há garantias, principalmente pelos conteúdos estarem distribuídos em disciplinas não obrigatórias, de que os alunos durante o percurso de formação vivenciarão aspectos relacionados à inclusão escolar no seu conceito ampliado.

Nesse sentido, Garcia (2013) aponta que a simples inserção de disciplinas ou conteúdos específicos no currículo dos cursos de formação de professores não garante a efetividade de uma formação contextualizada na perspectiva orgânica acerca da educação inclusiva.

### **Formação para o atendimento à diversidade mais como uma obrigação do que como uma mudança de paradigma**

O atendimento à diversidade e a valorização da pluralidade identitária de manifestações culturais devem estar presentes nos cursos de formação de professores. Esse preceito está determinado na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura e cursos de formação pedagógica para graduados (Resolução CNE nº 2, 2015).

Essa orientação também estava presente em documentos anteriores e que se encontravam vigentes na época da elaboração dos PPC analisados, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica dos cursos superiores de licenciatura de graduação plena de 2002, em que instituiu no Art. 2º, inciso II o preparo para “o acolhimento e trato da diversidade” como inerente à formação para a atividade docente (Resolução CNE/CP nº 1, 2002).



Como também, essas determinações estavam presentes na Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica em curso de nível superior, datada do ano 2000, que postulava, dentre as exigências para o desempenho do papel docente “assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos” (Proposta de Diretrizes para Formação Inicial, 2000, p.5). A seguir, excertos de alguns PPCs:

**INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA/OBJETIVOS:** O acolhimento e o trato da diversidade (PPC - Química, *Campus Maceió*, modalidade presencial, 2007. s/p).

**PERFIL DO EGRESSO:** assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos (PPC - História, *Campus Sertão*, 2009. p.07).

**PERFIL DO EGRESSO:** Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos (PPC - Ciências Biológicas, *Campus Agreste*, Unidade Sede, 2007. p.09).

Assim, pode-se questionar sobre até que ponto esse trato com a diversidade pode estar presente nos PPCs desses cursos apenas para atender a um preceito legal. Veiga (2003) esclarece que, muitas vezes, a construção de projetos político-pedagógicos se dá apenas com base nas regulamentações propostas em nível nacional que devem ser incorporadas nos projetos pelas instituições de ensino. Porém, esse processo desconsidera uma construção coletiva, negando a diversidade de interesses dos atores envolvidos, o que pode levar a não efetivação das propostas existentes nos PPCs.

Uma experiência positiva na construção do projeto de curso em relação à formação para o atendimento à diversidade pode ser verificada no PPC do curso de Pedagogia, do *Campus Sertão*. Além de fazer referências às leis que regulamentam a questão, o PPC traz em seu texto como princípio orientador do curso a vinculação de um núcleo de estudos e pesquisas sobre diversidade e educação:

**POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO:** Um apoio concreto ao curso de Pedagogia é a atuação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano- Nudes, nascente das preocupações com as relações sociais de discriminação, preconceito e racismo. O propósito do Nudes é atuar na formação dos discentes, estabelecendo um diálogo com a comunidade acadêmica a fim de promover estudos e pesquisas sobre a educação, as relações étnico-raciais (afro-brasileira e indígena) e de gênero desde a formação inicial, fundamentando-se nas Leis nº 10.639 de 09/01/2009 e nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução nº 001 de 17/06/2004, no Parecer nº 003/2004 de 10/03/10 do CN e no Plano Nacional de Educação. Por isso, as ações do Nudes corroboram com tal legislação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, dispostas na Resolução CNE/CP 1, de 18/02/2002, Art. 2º, inciso II e III, na ampliação das possibilidades de estudos e práticas docentes que envolvam a diversidade, enriquecendo a formação do graduando em

Pedagogia, permitindo que este seja agente da (re)educação das relações étnico raciais, conforme as habilidades, competências e atitudes do egresso do curso de Pedagogia, atuando conscientemente sobre as questões da diversidade (PPC - Pedagogia, *Campus Sertão*, 2014. p.18).

No entanto, os problemas encontrados em relação à formação para o acolhimento e à valorização da diversidade na Educação Básica não difere dos reportados sobre a formação para a inclusão. Ou seja, não há mecanismos descritos na maioria dos PPCs sobre como efetivar esse conhecimento a fim de desenvolver habilidades e competências nos licenciandos, para que estes possam atuar em suas futuras práticas profissionais. Os conteúdos inerentes a essa temática ficam fragmentados e localizados em disciplinas não obrigatórias, e mais precariamente, a inclusão em seu aspecto mais amplo aparece em apenas uma bibliografia de disciplina eletiva de dois projetos de cursos.

Essa realidade não parece ser exclusiva da Ufal, pois, em uma pesquisa semelhante realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) por Martins (2012), foi constatada uma deficiência curricular nos cursos de licenciatura, com a maioria dos cursos ofertando o conteúdo voltado à Educação Especial ou à Educação Inclusiva apenas em disciplinas optativas. Na UFRN, somente no ano de 2010 todas as licenciaturas passaram obrigatoriamente, por força de lei, a oferecer a disciplina de Libras em caráter obrigatório, assim como ocorreu na Ufal

## **Conclusão**

A análise dos PPCs dos cursos de formação de professores revelou fragilidades quanto à preparação de profissionais docentes para fomentar a inclusão na Educação Básica, principalmente no que se refere ao atendimento de alunos com deficiência. Os principais problemas apontados são: a) negação completa, por alguns cursos, não apenas da temática referente à inclusão, como também dos processos inerentes à valorização da diversidade no espaço escolar; b) o fato de as inserções nos PPC de aspectos ligados ao atendimento e ao respeito à diversidade parecerem atender mais a um requisito legal/normativo, que a uma mudança concreta de paradigma em que a diversidade é vislumbrada como uma possibilidade de compartilhar novos saberes, experiências e, assim, aumentar o repertório do conhecimento humano.

Esses resultados permitem repensar os Projetos Pedagógicos de Cursos e, conseqüentemente, a formação de professores, explicitando a necessidade da inserção de conhecimentos sobre o processo de inclusão escolar nos currículos de graduação de maneira transversal e não fragmentada que possibilite o desenvolvimento de habilidades e competências consonantes com o acolhimento e inclusão de grupos minoritários nas instituições educativas.

## **Referências**

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa-Portugal: Edições 70.

CENSO 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recuperado em 10 de dezembro de 2015, de: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?view=noticia&id=3&idnoticia=2019&busca=1&t=indicadore sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio>.

Garcia, R. M. C. (2013). Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 18(52), 101-119.

Habermas, J. (2007). *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola.

INEP. (2015). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado em 10 de dezembro de 2015, de: <http://ide.mec.gov.br/2011/estados/relatorio/uf/27>.

Kassar, M. M. C. (2011). Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *EducaremRevista*, 41, 61-79.

Labonte, R. (2004). Social inclusion/exclusion: dancing the dialectic. *Health Promot. Int.*, 19(01), 115-121.

Laplane, A. (2006). Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. *Educação&Sociedade*, 27, 689-715.

Limbach-Reich, A. (2015). Reviewing the evidence on educational inclusion of students with disabilities: differentiating ideology from evidence. *International Journal of Child, Youth and Family Studies*, 06(03), 358-378.

Mendes, E. G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 11(33), 387-405.

Martins, L. A. R. (2012). Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In T. G. Miranda & T. A. Galvão-Filho, T. A. (Org.). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. (pp. 25- 38). Salvador: EDUFBA.

Moreira, L. C., Bolsanello, M. A.; Seger, R. G. (2011). Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista* (41), 125-143.

Oliveira, A. S. & Leite, L. P. (2007). Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. *Anna. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, 15(57), p. 511-524.

Pletsch M. D. (2009). A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educ. rev.*, (33), 143-156.

PPC - Projeto Pedagógico de Curso. Ciências Biológicas, Ufal, *Campus Agreste*, Unidade Sede, 2007. p.09. Recuperado em 08 de abril de 2016 de: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos>.

PPC – Projeto Pedagógico de Curso. Ciências Biológicas, Ufal, *Campus agreste*, Unidade Penedo, 2013. p.85. Recuperado em 08 de abril de 2016 de: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos>.

PPC – Projeto Pedagógico de Curso. Dança, Ufal, *Campus da Capital*, 2006. s/p. Recuperado em 08 de abril de 2016 de: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos>.

PPC –Projeto Pedagógico de Curso. História, *Ufal, Campus Sertão*, 2009. p.07. Recuperado em 08 de abril de 2016 de: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos>.

PPC –Projeto Pedagógico de Curso. Pedagogia, Ufal, *Campus Agreste*, 2014. p.31-34. Recuperado em 08 de abril de 2016 de: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos>.

PPC –Projeto Pedagógico de Curso. Pedagogia, Ufal, *Campus Sertão*, 2014. p.18. Recuperado em 08 de abril de 2016 de: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos>.

PPC – Projeto Pedagógico de Curso. Química, Ufal, *Campus Maceió*, modalidade presencial, 2007. s/p. Recuperado em 08 de abril de 2016 de: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos>.

*Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em cursos de nível superior.* (2000). Recuperado em 21 de maio de 2015, de: [http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/curdiretriz/ed\\_basica/ed\\_basdire.doc](http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/curdiretriz/ed_basica/ed_basdire.doc).

*Resolução Conselho Nacional de Educação/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.* Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução CNE/CP 01/2002. Recuperado em 21 de maio de 2015, de: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12991&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991&Itemid=866).

*Resolução n. 2 do Conselho Nacional de Educação/CP de 01 de julho de 2015.* Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12. Recuperado em 21 de maio de 2015, de: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alia](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alia)

s=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192.

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 01(01), 01-14.

Sekkel, M. C., Zanelatto, R. & Brandão, S. B. (2010). Ambientes inclusivos na educação infantil: Possibilidades e impedimentos. *Psicologia em Estudo*, 15(1), p. 117-126.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. (2015). Recuperado em 21 de maio de 2015, de: <http://www.ufal.edu.br/institucional/apresentacao>.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1994). *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Salamanca. Recuperado em 23 de maio de 2015, de: [http://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA\\_E.PDF](http://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA_E.PDF).

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Declaração sobre a diversidade cultural*. (2002). Recuperado em 21 de maio de 2015, de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>.

Veiga, I. P. A. (2003). Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Cad. Cedes*, 23(61), 267-281.

Veiga, C. G. (2010). Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX. *Educação em Revista*, 26(01), 263-286.